

ENTRE PIERRE RIVIÈRE E FRANCELINA JUGULETO: FOUCAULT PARA FEMINISTAS

Paloma Czapla

Universidade Estadual de Campinas

paloma.czapla@hotmail.com

Este é um ensaio sobre uma vida encontrada por acaso nos documentos judiciais: uma mulher que teria sido como tantas outras, cujas existências compõem o comum e se destinam a passar sem deixar rastro. Contudo, alguém que se desvia desse seu destino quando, em 1940, confessa um crime: matou o marido a pauladas, na noite do dia 15 de novembro, com uma mão de pilão. Nossa personagem não aparece nos jornais e, sem saber ler ou escrever, não nos deixou nenhum escrito seu. Foi seu choque com o poder, seguindo a ideia de Michel Foucault, em “A vida dos homens infames” (1977), que nos permite acessá-la hoje, dado que, se não tivesse atravessado o poder, jamais teria saído da noite em que teria podido (e, talvez, devido) permanecer.

O crime ativou uma série de discursos que falam sobre como o corpo feminino foi constituído, como se não soubéssemos se Francelina precisa da História para falar, ou se precisamos de Francelina para falar sobre nós, mulheres. Neste texto, gostaria de pensar nas ressonâncias da obra de Michel Foucault nessa análise, que nos mostrou, com Pierre Rivière¹, que as narrativas nos produzem enquanto sujeitos e que, ao mesmo tempo, nos constituímos para além do poder. Assim, sugiro um encontro entre Francelina e Rivière e entre Foucault e o feminismo para pensar, junto com teóricas feministas, a construção de uma história das mulheres.

I – Francelina e um crime pouco comum

¹ Pierre Rivière foi um jovem camponês que, munido de uma foice, matou sua mãe, sua irmã e seu irmão em 1835, no interior da França. Foi o personagem do livro *Eu, Pierre Rivière, que degolei minha mãe, minha irmã e meu irmão...*, organizado por Foucault em 1973. Como mostrado pelo filósofo, o caso gerou uma enorme discussão entre as autoridades médicas e jurídicas, que buscaram compreender, nomear e patologizar o acusado; criando, assim, uma rede de poder-saber que produz o sujeito pelo discurso.

Em 1977, Foucault publicava seu texto “A vida dos homens infames”, onde dizia que, em suas idas aos arquivos, deparou-se com “vidas breves”; vidas de algumas linhas ou de algumas páginas, que viraram cinzas nas poucas palavras que sobre elas se falou. Dizia que, por detrás dessas palavras, vidas reais foram desempenhadas. Elas são como fragmentos de uma realidade, e também fragmentos do poder. Suas linhas atravessaram as vidas às quais elas se referem, dobram e, por vezes, quebram. Ainda assim, são o único registro dessas existências que passariam sem qualquer eco. Ou seja:

Para que alguma coisa delas chegue até nós, foi preciso, no entanto, que um feixe de luz, ao menos por um instante, viesse iluminá-las. O que as arranca da noite em que elas teriam podido, e talvez sempre devido, permanecer é o encontro com o poder: sem esse choque, nenhuma palavra, sem dúvida, estaria mais ali para lembrar seu fugidio trajeto (FOUCAULT, 2006, p. 207).

Francelina é uma dessas existências breves, infames, das quais uma pequena parte aparece, mas logo some como um clarão. Ela surge exatamente em sua colisão com o poder, quando é acusada de homicídio e é capturada pelas suas tortuosas teias. Afinal, haveria outro possível para a vida desses corpos?

A personagem deste enredo é uma mulher. Não um corpo branco, mas um corpo que era marcado por traços indígenas, talvez africanos. Corpo que não vivia nos centros urbanos, mas nos confins do país, em uma pequena comunidade rural do interior do Rio Grande do Sul. Povoado pacato, que viu sua quietude estremecer quando se tornou palco de um crime pouco comum. Tratava-se de um assassinato. Mas não daqueles que tanto ocorriam no universo masculino das bodegas e das bebidas, ou no interior dos lares, quando mais um corpo feminino caía ao solo para nunca mais se levantar. Esses casos talvez não surpreendessem tanto, afinal, não eram os homens absolvidos quando matavam suas esposas sob a justificativa de adultério? E não eram as mulheres culpadas de seus próprios assassinatos, estupros e defloramentos?

Dessa vez, o corpo feminino não era aquele que caía, mas aquele que fazia cair, depois de incontáveis pancadas daquele instrumento culinário tão comum na rotina das mulheres camponesas, que agora triturava não mais o milho, mas alguma outra coisa. Uma cena bárbara, aos olhos de muitos, que só podia vir de alguém “sem o mínimo de senso moral”, uma “delinquente nata”, “portadora de um enorme grau de

periculosidade”, como dito pelas autoridades. Alguém cuja anormalidade e inclinação criminosa já eram reveladas de antemão, pelos próprios traços fisionômicos.

Suas marcas de mulher parda, pobre e camponesa talvez expliquem sua ausência nos jornais. Em Porto Alegre, nenhum dos grandes jornais parecem ter noticiado seu crime. Em sua região, talvez. Mas os jornais que lá circulavam não resistiram à ação do tempo ou, melhor, da aparente irrelevância da História. Situação muito diferente era aquela encontrada pelas mulheres brancas, de alguma instrução, que viviam nas grandes cidades. Mulheres a quem cabia defender, especular se mataram ou não mataram, duvidar de seu estado mental e determinar que não possuíam, ao tempo da ação, a plena capacidade de entender o caráter criminoso do fato, como tantas vezes encontrei em outros processos criminais. Mulheres a quem cabia reservar um lugar nas páginas da História, talvez, ou, pelo menos, no hospício, ao invés da prisão.

Quando se trata de Francelina, aqueles que a julgaram não duvidaram de sua delinquência. Não supunham que ela agiu diante de um estado de loucura, e nem ao menos a encaminharam para um exame psiquiátrico. Ela seria uma “criminosa nata”, a quem não cabe grandes especulações ou qualquer tipo de fama. Quando conto da minha pesquisa, muitas vezes me perguntam o porquê de estudar esse caso. Foi um crime que chocou o país? Que ao menos comoveu a opinião pública? Que apareceu nos jornais? Nada disso. Um crime pouco usual, claro, por se tratar de uma mulher. Mas um crime absolutamente desconhecido, de um corpo ao qual só coube o cárcere, mesmo se tratando do assassinato daquele que, conforme Francelina, suas filhas e demais testemunhas, espancava sua amasia e tentava estuprar uma filha sua, depois de já ter estuproado outra, a engravidado e, às vésperas de ela dar a luz, a surrado com um chicote, até a sua morte. Até se chegou a levantar a hipótese de legítima defesa, já que suas filhas estariam “correndo o risco de serem manchadas em suas inocências pela vítima”. Ou seja, a defesa da “honra”, na qual o hímen valia mais que as violências sofridas pela acusada e suas filhas. Mas nem isso se conseguiu para Francelina, condenada, por fim, a seis anos de prisão.

Francelina é uma vida que não conheceríamos sem seu choque com o poder, como tantas outras que só se tornaram interessantes num período recente da História. Michel Foucault teve sua parte nisso, ao trazer vidas como Herculine Barbin ou Pierre Rivière – a primeira, um corpo intersexual incessantemente questionado pelo seu verdadeiro sexo; a segunda, um parricida interrogado pela natureza de seu crime. Ou seja, vidas que não podiam ser quem eram, que caíram nas teias discursivas do poder, e que precisavam ser investigadas e corrigidas. Fiquemos com a segunda dessas vidas.

No livro *Eu, Pierre Rivière, que degolei minha mãe, minha irmã e meu irmão...*, organizado em conjunto com sua equipe de colaboradores no ano de 1973, Foucault nos apresenta a figura de Pierre Rivière, um camponês nascido na comuna de Courvaudon, na França, que, em 1835, então com 20 anos, matou sua mãe, grávida de sete meses, sua irmã, de 18 anos, e seu irmão, de sete. Como o procedimento jurídico exige, foi incitado a se confessar e a declarar os motivos que o levaram ao crime. Era a “vontade de saber” do poder médico e judiciário, que precisava formar uma verdade sobre o criminoso e fazer com que o sujeito se reconhecesse nessa verdade.

Como Foucault fala posteriormente, no curso dado no Collège de France em 1975, *Os Anormais*, até o mais insignificante da vida de Rivière foi posto em discurso durante o processo. Pelo lado jurídico, se indagou as testemunhas não apenas sobre o fato em si, mas sobre as maneiras de ser do sujeito, uma vez que isso revelaria sua crueldade inata. Pelo lado médico, se buscou patologizar esses comportamentos, como o fato de Rivière matar passarinhos na infância, ter sido maldoso com os irmãos e não demonstrar amor pela mãe. Tais condutas escapavam ao delito, mas passaram a formar a própria matéria punível. Em outras palavras, o que se passou a punir não era simplesmente o crime, mas elementos que transgrediam as regras morais. Com isso, se passou do delito à maneira de ser e da explicação do crime à explicação do sujeito.

Além disso, nessa trama temos ainda um terceiro discurso: aquele formulado pelo próprio autor do crime, que, mesmo pouco sabendo ler e escrever, redigiu um memorial no qual constrói uma narrativa em que aparece não como delinquente ou louco, mas como justiceiro, pois, para ele, o crime foi cometido para livrar o pai das malvadezas da mãe, e a morte de seus irmãos foi necessária para que não sofressem com essa perda. Ao escrever sua carta, Rivière nega o lugar da passividade, da ignorância e do silêncio que

lhe era reservado enquanto camponês, não simplesmente aceitando as verdades que lhe eram formuladas, mas se propondo a um embate com o saber instituído, como dito por Durval Muniz de Albuquerque Junior (1991, p. 50).

A partir dessas narrativas, vemos que não existe um único Rivière, mas diferentes Rivières que foram produzidos por cada discurso. Afinal, se existe o discurso médico, o discurso jurídico, e ainda o do próprio sujeito, e todos falam do mesmo objeto, mas de maneiras tão divergentes, poderia ser o sujeito uma unidade definitiva e inquestionável? Ou, antes, uma configuração historicamente construída e totalmente intercambiável de acordo com o referencial que utilizamos? Pensando por esse lado, o sujeito parece ser um efeito de construções discursivas tão dissonantes quanto instáveis. Nesse sentido, o discurso não é o que representa os objetos, mas o que define quem somos, determina nossas identidades e, assim, institui a realidade de que fala.

Se somos essa configuração específica, histórica e momentânea, não faz sentido retornarmos ao passado para recuperar o sujeito ou o explicar, pois, se nos voltarmos para trás, não vamos encontrar uma realidade fixa à espera do historiador, mas discursos que a constroem de acordo com seus referenciais. Dessa forma, os documentos deixam de ser entendidos como o reflexo do real, como se fossem o feliz instrumento de uma história que seria, em si mesma, memória, para serem “monumentos”, ou seja, camadas de interpretação que se sedimentam. Daí a ideia de que nós, enquanto historiadores/as, fazemos uma “arqueologia do saber”, uma vez que somos aqueles/as que escavam essas camadas discursivas que constituíram o objeto de que se fala e, portanto, a realidade. Para Foucault:

[...] é claro que, desde que existe uma disciplina como a história, temo-nos servido de documentos, interrogamo-los, interrogamo-nos a seu respeito; indagamos-lhes não apenas o que eles queriam dizer, mas se eles diziam a verdade, e com que direito podiam pretende-lo, se eram sinceros ou falsificadores, bem informados ou ignorantes, autênticos ou alterados. Mas cada uma dessas questões e toda essa grande inquietude crítica apontavam para um mesmo fim: reconstituir, a partir do que dizem estes documentos – às vezes com meias-palavras –, o passado de onde emanam e que se dilui, agora, bem distante deles; o documento sempre era tratado como a linguagem de uma voz agora reduzida ao silêncio: seu rastro frágil, mas, por sorte, decifrável. Ora, por uma mutação que não data de hoje, mas que, sem dúvida, ainda não se concluiu, a história mudou sua posição acerca do documento [...] o documento, pois, não é mais, para a história, essa

matéria inerte através da qual ela tenta reconstituir o que os homens fizeram ou disseram, o que é passado e o que deixa apenas rastros: ela procura definir, no próprio tecido documental, unidades, conjuntos, séries, relações (FOUCAULT, 2008, p. 7).

Com isso, nossos objetos não emergem como dados naturais e inquestionáveis, prontos a serem desvelados, mas como construções discursivas que cabe ao historiador questionar para refletir sobre a nossa própria experiência. Afinal, o/a historiador/a é aquele/a que possui um compromisso com o seu próprio tempo, e que deve utilizar a História para desnaturalizar o presente e diagnosticá-lo. Com isso, deixamos de querer revelar a verdade, para fazer aparecer o que está tão próximo e intimamente ligado a nós, que não percebemos. Como Foucault escreveu em seu texto “O que são as Luzes?”, de 1984, o passado serve para entendermos como nos tornamos o que somos, e para deduzirmos “da contingência que nos fez ser o que somos a possibilidade de não mais ser, fazer ou pensar o que somos, fazemos ou pensamos” (FOUCAULT, 2005, p. 348).

Para Margareth Rago (1995), essa postura historiográfica fez com que as “nossas frágeis, desgastadas, mas reconfortantes seguranças” fossem radicalmente abaladas, na medida em que os espaços do historiador, suas funções, instrumentos de trabalho e modos de operação foram fortemente questionadas. Agora, nossos objetos históricos não eram mais entendidos como fatos incontestes esperando a luz do historiador para darem sentido ao passado, mas como efeitos de redes discursivas que produziram o que somos. Foucault desfaz então o mito da realidade objetiva, nos trazendo os meios para decifrar os jogos de poder que nos constituíram e, também, as formas de luta. Com isso,

[...] o chão dos historiadores desabou, pois já não contávamos nem com um passado organizado, esperando para ser “desvelado”, nem com objetos prontos, cujas formas poderiam ser reconhecidas ao longo do tempo, nem com sujeitos determinados, nem tampouco com o fio da continuidade que nos permitia pensar de uma maneira mais sofisticada em termos de processos históricos e sociais. E, ao invés de partirmos em busca da síntese e da totalidade, deveríamos aprender a desamarrar o pacote e mostrar como fora constituído (RAGO, 1995, n./p.).

3 – Loucas, cruéis, delinquentes ou Marias

Feitas as considerações acima, é necessário dizer que, quando falo que encontrei Francelina, em realidade não foi exatamente ela que encontrei, pois o historiador nunca pode encontrar os sujeitos ou os acontecimentos de que trata em sua pesquisa, como se pudesse recuperá-los ou entender como de fato foram. O que encontrei foram palavras; palavras que atravessaram uma vida, e uma vida que foi constituída por elas. Por entre suas linhas, mas também por seus silêncios, deciframos não apenas o que esses poderes que falam sobre nossa personagem entendiam por Francelina, mas o que entendiam por mulher e, mais especificamente, por mulheres não brancas.

Encontrei, então, narrativas. Algumas foram formuladas por testemunhas; pessoas simples, que viviam na mesma comunidade em que ocorreu o crime, e que diziam sobre o que conheciam dos atores da trama. Outras eram articuladas por Francelina e suas filhas – que participaram do ato principal. Por fim, uma terceira parte era elaborada por juízes, delegados e advogados. Homens brancos, que ali decidiam o destino da personagem e, também, quem era ela.

Louca? Nem se chegou a supor tal explicação. Aliás, podiam as mulheres de cor serem loucas? Francelina estava ali onde já era pensada – uma criminosa pronta para o cárcere –, como lhe caberia a loucura?

Delinquente e cruel? Provavelmente, e isso a sua própria fisionomia denunciava. Era uma mulher com um “acentuado prognatismo”, “desenvolvimento exagerado dos ossos malares com zigomas salientes” e, ainda por cima, “orelhas em asa”. Traços que só podiam indicar sua inclinação criminosa atávica, segundo o juiz municipal que, se utilizando de tal justifica, decretou sua prisão preventiva. Argumento científico, naquele período, mas que ainda hoje convém muito à justiça branca quando se trata dos corpos negros. Afinal, não é a cor o traço fisionômico que mais indica a criminalidade?

Quando ativa essa tão conveniente justificativa, o juiz se refere ao criminologista italiano Cesare Lombroso, que, muito famoso na ciência criminal brasileira, formulou a teoria do “criminoso-nato”, na qual o criminoso é aquele que pode ser reconhecido de antemão, pelas suas características corporais. O mesmo Lombroso que, em 1896, no livro *La donna delinquente, la prostituta e la donna normale*, dizia que entre as espécies inferiores, como os vermes e os aracnídeos, a fêmea é sempre superior que o macho, mas que à medida que vamos subindo a escala evolutiva, é o macho que passa a ter

supremacia – como na espécie humana, expressão máxima da evolução. Que, ainda no mesmo livro, falava que as prostitutas eram “degeneradas natas”, já que, além da sua fisionomia particular, ainda lhes faltava o “natural” instinto materno, ao passo que lhes sobravam os instintos sexuais. E que, como se não bastasse, também afirmava que as mulheres eram seres naturalmente inferiores por causa do tamanho de seus cérebros. Não podia ser diferente, pois, como disse um de seus simpatizantes, Dr. Lívio de Castro (1893, p. 99), as mulheres não precisam do cérebro, então por que o desenvolveriam?

Talvez, caberia a Francelina o título de defensora da honra, porque, ao falar sobre as tentativas da vítima em estuprar sua filha menor, seu defensor encontra ali uma boa justificativa para explicar seu ato em frente à sociedade da época. Ou seja, não a defesa de sua integridade física ou da integridade de seus filhos, já que sofriam uma série de agressões para além das tentativas de abuso a uma das filhas. Mas a defesa da honra, ou melhor, do hímen de uma das filhas, que aparece como a única saída possível para a sua absolvição, uma vez que Francelina já tinha rompido com a passividade que lhe era esperada como mulher, mas não com seu instinto materno.

Como expõe Tania Navarro Swain (2000, p. 47), a maternidade compôs o próprio significado de mulher, como se quase não fosse possível ser mulher antes de ser mãe. A imagem da maternidade como o natural destino das mulheres fez um longo caminho do cristianismo até aqui, tornando-se o que lhes atribui um lugar social. Não esqueçamos que a mulher é o símbolo de todo o mal; a primeira transgressora, o portal do demônio, a aliada do Satã. Alguém tão perverso que nem mesmo faria sentido existir, mas, como mostra Stephen Greenblatt (2018, p. 122), homens como Tomás de Aquino trataram de dar uma justificativa para sua existência: é esse corpo que procria. Dessa forma, mesmo sendo depravada por natureza, havia uma saída para as mulheres: essa saída era Maria, era a maternidade, era ser mãe até mesmo na estupidez de uma gravidez cujo ato sexual nunca aconteceu. Não à toa, Deus teria priorizado não o cérebro desses corpos, mas o útero.

Entretanto, esse rótulo também não serviu à Francelina. Sua atitude “intempestiva e cruel”, como afirmou seu acusador, “só poderia encontrar justificativa num cérebro anormal, despido de qualquer sentimento de piedade e humanidade”. Seu marido era uma “vítima indefesa diante da sanha assassina da ré e suas filhas”, que, com o “maior

requite de perversidade, trucidaram um homem bom, trabalhador e honesto”. Restou-lhe, assim, a condenação.

Cercada por um sistema penal extremamente misógino e racista, o processo-crime de Francelina mostra como esses discursos criminais, que se assentam sobre o discurso médico e religioso, funcionaram como um meio para normalizar as condutas femininas. Como escreveu Margareth Rago (2013, n./p.), eles serviam para sustentar as normas da domesticidade que visavam instituir a figura da mulher casta, passiva e dessexualizada. No caso das mulheres criminosas, mesmo que tivessem transgredido esses lugares, só o que podia absolvê-las ou explicar seus crimes era o quanto ainda correspondiam a essas figuras. Ou seja, se, apesar de terem matado, eram boas mães, esposas fiéis, mulheres honestas e recatadas. Questões que escapavam ao crime, mas que, tal como o processo de Rivière, passaram a constituir a própria matéria punível. Vejamos alguns exemplos de outras mulheres que, também no sul do país e no mesmo período, foram acusadas de homicídio.

Esmeralda, uma das vidas encontradas nos arquivos, era uma mulher branca, e tinha 36 anos quando matou seu pai com um tiro de pistola. A vítima, que andava armado e costumava atacar os filhos, foi à sua casa e passou a insultá-la e ameaçá-la de morte. Esmeralda disse não ter visto outra saída para salvar sua vida e a vida de seus seis filhos pequenos. A trama se passa entre filha e pai, mas, estranhamente, importa saber “que informações [as testemunhas podem dar] sobre a honestidade da acusada na presença ou na ausência do marido”. Esmeralda é absolvida, uma vez que, nas palavras do juiz, se tratava de uma mulher de “espírito doméstico”, “entregue aos afazeres da casa”, “carregada de amor maternal e respeito conjugal”.

Em outro caso, é Maria, branca, de 28 anos, que utiliza um revólver para matar o amasio. As testemunhas falam que ela era constantemente agredida pela vítima. Tentava fugir, mas o marido sempre dava um jeito de encontrá-la, dando-lhe bofetadas, pontapés e socos. Em uma dessas ocasiões, Maria percebe que o revólver de seu amasio estava ao seu alcance e, aproveitando-se do momento em que o mesmo se vira, dá-lhe um tiro. Mesmo não tendo relação com o caso, interessava saber qual era a vida que ela levava. “É ou não verdade que Maria sempre se conduziu de maneira honesta, vivendo a maior parte do tempo em companhia de sua mãe viúva e nunca tendo frequentado o baixo

meretrício?”, questiona o interrogador. Talvez, Maria não estivesse tão próxima daquela que compartilhava o nome. Foi condenada a quatro anos de prisão.

Agressões e violências também são marcas da história de Oracilia, mulher branca que, com 21 anos, desferiu três tiros mortais em seu marido. Segundo as testemunhas, a vítima utilizava os mais variados expedientes, chegando a surrá-la com espada, raspá-lhe os cabelos e até mesmo enfiar um cassetete com pimenta em sua vagina. Suas tentativas de fuga nunca eram bem sucedidas. Mas como disse o advogado de acusação, “a briga entre cônjuges é comum e quase normal”, e “se cada cônjuge ameaçado de morte pudesse eliminar o companheiro na escusativa da legítima defesa, isto seria um Deus nos acuda”, não é mesmo? Além disso, ainda por cima “corre que ela não lhe era fiel”. Oracilia vai de um cativado a outro, sendo condenada a três anos de prisão.

Nesse sentido, a conduta das mulheres funcionava como circunstância atenuante ou agravante do fato. Ou seja, não só o delito vai ser punido, como os comportamentos que escapam aos lugares reservados ao corpo feminino. Não é preciso dizer que, quanto às prostitutas acusadas de homicídio, nem se questiona sua conduta, pois é evidente que já eram pecadoras, ou, como diria Lombroso, “degeneradas natas”. Com as mulheres de cor, o mesmo acontece, afinal, elas estão onde já são pensadas, de onde vem o modo com que são tratadas e as narrativas sobre elas criadas, que passam a ser as cruéis, más, delinquentes, perversas, como aconteceu com Francelina, que, apesar de quase poder ter sido absolvida pela defesa de sua prole, acabou recebendo o título de delinquente nata.

É preciso lembrar que, se as mulheres são marcadas pelo gênero, as mulheres não brancas ainda são pela raça. Achille Mbembe, trabalhando na chave de Foucault, mostra que a categoria “negro”, assim como “branco”, não existe. É uma ficção materializada em corpos. Todavia, como pode uma categoria que remete, por fim, ao vazio ser capaz de mobilizar processos como o racismo e a violência? Segundo o filósofo, era preciso, em primeiro lugar, criar uma narrativa sobre o negro. Uma fantasia na qual acreditaríamos, que forjou a ideia do negro como um ser outro, ora submisso, ora perigoso. O discurso acabou escapando totalmente da realidade, mas, paradoxalmente, acabou por constituí-la. Como escreve Mbembe:

Com a extinção de suas funções elementares, a linguagem transformou-se num fabuloso mecanismo cuja força vem simultaneamente de sua vulgaridade, de um formidável poder de

violação e de sua proliferação erradia. Ainda hoje e quando se trata dessas duas marcas, a palavra nem sempre representa a coisa; o verdadeiro e o falso tornam-se indissociáveis e a significação do signo não é necessariamente a mais adequada à coisa significada. Não foi só o signo que substituiu a coisa. Muitas vezes, a palavra ou a imagem têm pouco a dizer sobre o mundo objetivo. O mundo das palavras e dos signos autonomizou-se a tal ponto que não se tornou apenas uma tela para apreensão do sujeito, de sua vida e das condições de sua produção, mas uma força em si, capaz de se libertar de qualquer vínculo com a realidade (MBEMBE, 2018, p. 32).

Portanto, os discursos sobre as mulheres de cor não necessariamente representam uma realidade, mas é aquilo mesmo que a constrói. A raça, ainda que se baseie numa certa materialidade, é constituída no próprio ato de designação, o meio pelo qual se formam os sentidos a ela atribuídos, e pelo qual “certas formas de subvida são produzidas e institucionalizadas, a indiferença e o abandono justificados, a parte humana no outro violada, velada ou ocultada e certas formas de encarceramento e até mesmo de abate toleradas”, como diz Mbembe (2018, p. 70).

4 – As narrativas que se quebram

Judith Butler, em seu *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*, de 1990, nos diz que o gênero é performático. Ou seja, há práticas culturais linguístico-discursivas sustentando os significados de ser homem e de ser mulher; práticas que nos são repetidas constantemente, fazendo com que esses sentidos se pareçam algo natural. As narrativas que expus aqui fazem parte dessas práticas que funcionam como um meio de criar os sentidos de gênero atribuídos ao corpo feminino. Portanto, esses significados nada mais são do que construções discursivas que nos tornaram o que somos hoje. Ou seja, corpos que agem como homens e mulheres, mas que, na verdade, nada mais seguem do que um roteiro formulado muito antes de termos qualquer escolha.

Se as vidas que mostrei falam de como os sentidos de gênero imputados ao corpo feminino foram produzidos e denunciam o quanto somos efeitos dessas redes de poder e de saber, elas também servem para pensarmos que, se o poder parece uma estrutura rochosa que nada deixa passar, ele também é constituído por fendas, rachaduras, falhas. São os defeitos da maquinaria produtiva, que, mesmo com suas técnicas de fabricação de corpos dóceis, nem sempre funciona tão bem. Afinal, se existe todo um aparato de

produção de mulheres passivas, dóceis, frágeis e benevolentes, como então poderia haver essas vidas transgressoras?

Seguindo Foucault, para quem a soberania se expressa pelo poder em “fazer viver e deixar morrer”, Rita Segato (2016) considera que as mulheres são corpos destinados a morrer. Cada novo estupro e cada nova morte inscrevem sobre o corpo feminino o poder dos homens sobre as mulheres, o que sustenta todo um universo de significação no qual a violência cumpre um papel social. Com isso, são geradas marcas não apenas individuais, como coletivas, capazes de tornar o feminicídio algo natural. Contudo, se o destino das mulheres é morrer, algo diferente se inscreve quando elas matam.

Vidas como as de Francelina mostram que, muitas vezes, os motivos que levam as mulheres a matar são os mesmos motivos pelos quais elas morrem. Elas são o ponto de despejo da violência doméstica e do machismo estrutural, mas também o ponto de corte, recusa e rebelião a esse sistema. Nesse sentido, mesmo que o poder dobre e até mesmo quebre, sempre pode haver uma linha de fuga. Como afirmava Foucault, sempre há a possibilidade de transformar uma situação em uma relação de poder. Ou seja, sempre é possível resistir, senão tudo seria uma questão de obediência. A resistência é um processo no qual os indivíduos podem transgredir as regras, realizar certas manobras, inverter as posições e criar seu próprio discurso. Com isso, diante de um aparato uniformizante ou de uma ordem hegemônica, há sempre possibilidades de resistência:

Porque, se é verdade que, no cerne das relações de poder e como condição permanente de sua existência, há uma “insubmissão” e liberdades essencialmente renitentes, não há uma relação de poder sem resistência, sem escapatória ou fuga, sem reviravolta eventual; toda relação de poder implica, pois, pelo menos de maneira virtual, uma estratégia de luta [...]. (FOUCAULT, 2014, p. 138).

Dessa forma, Foucault é, mais do que o filósofo do poder, o filósofo da liberdade. O poder, para ele, funciona de modo ambivalente. Por um lado, é o que serve ao limite, à dominação e à normalização. Por outro, é o que produz novas possibilidades, ideias e relações. Como Margareth McLaren (2016, p. 48) escreve, é preciso lembrar que a genealogia desempenha um papel crítico na filosofia foucaultiana, pois é o meio que nos permite questionar o nosso presente e reconhecer que as coisas poderiam ter sido diferentes e podem ser diferentes. Nesse sentido, suas genealogias nos fazem perceber

que, por trás do que enxergamos como inevitável, há racionalidades sempre cambiantes, históricas, instáveis.

Se somos construídos por narrativas, e se a narrativa do historiador nada mais é do que uma possibilidade outra de narrativa sobre o sujeito, melhor construir discursos não só para mostrar o lado da sujeição, mas da transgressão. As mulheres que aqui trouxe, por mais que tenham uma trajetória marcada pela dor, desfazem o mito da passividade feminina. Afinal, elas podiam ter continuado a engolir as tiranias a que eram sujeitas, até asfixiarem-se e morrerem por elas. Mas utilizando das ferramentas de que dispunham, elas desobedeceram ao poder. Seus crimes são tentativas drásticas, extremas, definitivas, abruptas de alcançar a liberdade. São uma resposta brusca, talvez radical, à pergunta: “Como respirar em baixo d’água?”.

O crime é um ponto de quebra. O sujeito nunca sai o mesmo. Pergunto-me como podia uma vida se manter debaixo dos destroços. Lembro que a vida humana é plástica. Que o sujeito é aquele que, compelido à destruição, faz surgir algo novo. É aquele capaz de libertar-se. Criar. Se Francelina realmente se emancipou desses poderes masculinos que a sujeitavam, as fontes não me permitem dizer. O fato é que ela mostrou que a vida das mulheres não é uma vida apenas sujeitada, subjugada, oprimida, biologizada. É também uma vida que escapa, que escorre, que deserta.

Referências bibliográficas:

- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. Menocchio e Rivière: criminosos da palavra, poetas do silêncio. **Resgate**: Revista Interdisciplinar de Cultura, Campinas, vol. 2, 1991, pp. 48-55.
- BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.
- CASTRO, Tito Lívio de. **A mulher e a sociogenia**. Rio de Janeiro: Francisco Alves e Co., 1893.

- FOUCAULT, Michel. O que são as Luzes. In: MOTTA, Manuel Barros da (org.). **Ditos e escritos II**: arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.
- _____. A vida dos homens infames. In: FOUCAULT, Michel. **Ditos e escritos IV**: estratégia, poder-saber. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.
- _____. **Arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.
- _____. **Os anormais**: curso no Collège de France (1974-1975). São Paulo: Martins Fontes, 2010.
- _____. **Eu, Pierre Rivière, que degolei minha mãe, minha irmã e meu irmão...**: um caso de parricídio do século XIX apresentado por Michel Foucault. Rio de Janeiro: Graal, 2013.
- _____. O sujeito e o poder. In: FOUCAULT, Michel. **Ditos e escritos IX**: genealogia da ética, subjetividade e sexualidade. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014.
- _____. Nietzsche, a genealogia e a história. In: MACHADO, Roberto. (Org.). **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2017.
- GREENBLATT, Stephen. **Ascensão e queda de Adão e Eva**. Tradução de Donaldson M. Garschagen. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
- LOMBROSO, Cesare; FERRERO, Guglielmo. **La Donna Delinquente, la prostituta e la donna normale**. Torino: Fratelli Bocca Editori, 1903.
- MBEMBE, Achille. **Crítica da razão negra**. São Paulo: n-1 edições, 2018.
- MCLAREN, Margaret. **Foucault, feminismo e subjetividade**. São Paulo: Intermeios, 2016.
- RAGO, Margareth. O efeito-Foucault na historiografia brasileira. **Tempos Sociais**: Revista de Sociologia da USP, São Paulo, vol. 7, nº 1-2, out. de 1995, pp. 67-82.
- _____. Foucault, a Histeria e a Aranha. In: MUCHAIL, Salma Tannus; FONSECA, Márcio Alves; VEIGA-NETO, Alfredo (org.). **O mesmo e o outro**. 50 anos de História da Loucura. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.
- SEGATO, Rita. **La guerra contra las mujeres**. Madrid: Traficantes de sueños, 2016.
- SWAIN, Tania Navarro. A invenção do corpo feminino ou “a hora e a vez do nomadismo identitário?”. **Textos de História**, vol. 8, nº 1/2, 2000.